ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
DIVISÃO DE ELABORAÇÃO DE ATAS

ATA

ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO SETUAGÉSIMO QUARTO PERÍODO LEGISLATIVO DA DÉCIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA, TRASFORMADA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA.

Às nove horas do dia primeiro de dezembro de dois mil e dez, no Plenário **"Estácio Pereira de Mello",** sito Avenida Ene Garcez, número mil duzentos e sessenta e quatro, na cidade de Boa Vista, capital de Roraima, realizou-se a Trigésima Sexta Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo de dois mil e dez da Décima Legislatura da Câmara Municipal de Boa Vista, sob a Presidência do Senhor Vereador **BRAZ ASSIS BEHNCK**, Secretariado pelo Senhor Vereador **ALFONSO RODRIGUES DO VALE,** o qual fez constar à presença dos seguintes Vereadores: **FRANCISCO DE SOUZA CRUZ, IDINALDO CARDOSO DA SILVA, JOZIEL VANDERLEI DA SILVA, MANOEL NEVES DE MACEDO, MARIA DE LOURDES PINHEIRO, MASAMY EDA, MAURICÉLIO FERNANDES DE MELO, PAULO BASTOS LINHARES, ROSIVAL SOARES DE FREITAS, SEBASTIÃO CORRÊA LIRA NETO e TELMARIO MOTA DE OLIVEIRA**. Havendo Quorum Regimental o Senhor Presidente sobre a proteção de Deus declarou aberta a Trigésima Sexta Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo de dois mil e dez. Transformada em Audiência Pública. Após a Leitura dos Expedientes, passou-se para **ORDEM DO DIA: Em Primeira Discussão e Votação: Projeto de Emenda a Lei Orgânica**, de autoria da Mesa Diretora. Em votação o Projeto de Emenda foi **APROVADO** pela maioria dos Vereadores presentes. **AUDIÊNCIA PÚBLICA:** Atendendo ao Requerimento Nº 023/2010, de autoria do Vereador Idinaldo Cardoso da Silva, abre um espaço para realização de Audiência Pública, para discutir sobre a apuração dos ilícitos "CORRUPÇÃO ELEITORAL" ocorrido no Pleito de 2010. Em consonância com o Regimento Interno desta Augusta Casa Legislativa o Senhor Presidente anulou a votação da Emenda 002/2010 de autoria da Mesa Diretora, anunciando a votação para a próxima Sessão Ordinária do dia sete dezembro de 2010. O Senhor Presidente

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
DIVISÃO DE ELABORAÇÃO DE ATAS

agradeceu a presença de todos e não havendo mais nada a tratar encerrou a presente Sessão. O Senhor Presidente reabriu os Trabalhos dando início a Audiência Publica. Concedeu a palavra ao Vereador Idinaldo Cardoso da Silva para fazer seu esclarecimento. **Vereador Idinaldo** pediu para que ficasse registrado nessa Casa que a comissão formada por essa Casa a respeito da invasão no bairro São Bento, esteve acompanhando aquelas pessoas, como foi pedido pelo ITERAIMA, e ontem estive no local junto com o Vereador Rosival, Vereador Manoel Neves. Entraram em contato com o presidente do ITERAIMA que se comprometeu de retornar a ligação mais não retornou. Foram convidados para **Compor a Mesa de Debate** Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça Eleitoral do Ministério de Público o Doutor Isaias Montanari, Excelentíssimo Presidente do Comitê de Combate a Corrupção Eleitoral José Antonio, Excelentíssimo Senhor Coordenador do Movimento Pró-Justiça Faradilson Reis de Mesquita, Excelentíssimo Senhor Presidente em exercício da FAMER Jailson Reis, essa Câmara Municipal enviou convites também para as seguintes autoridades: Francisco Mozarildo Melo Cavalcante - Senador da República, Desembargador Ricardo Oliveira – Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Dr. Ângelo Golar – Procurador Chefe da Procuradoria Geral da República, Excelentíssimo Senhor Presidente da Superintendência da Policia Federal – Herbert Gasparine e ainda o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Roraima Dr. Antonio Oneildo Ferreira. **Presidente Vereador Braz Assis Behnck** a Audiência Pública será feita da seguinte forma; cada componente da Mesa se quiser usar da palavra, terá cinco minutos para usar da palavra, iremos iniciar com o Vereador que fez o Requerimento para essa Audiência Pública e depois cada membro da Mesa que foi convidado terá cinco minutos para responder e posteriormente os Vereadores que queiram fazer questionamento poderão fazer seu questionamento. **Vereador Idinaldo Cardoso da Silva** quero agradecer ao Senhor Presidente, as autoridades presentes e as pessoas que se encontraram no Plenário. O intuito dessa Audiência Pública, eu quero deixar bem claro a todos os presentes, que não é nada mais nada a menos do que informar a população de Boa Vista, por todas as irregularidades, por todos os crimes eleitorais que vem acontecendo no primeiro e no segundo turno nas eleições de dois mil e dez, jamais essa Casa, a pessoa desse Vereador, a pessoa da Presidência dessa Casa em momento algum vem afrontar ou vem tentar de alguma forma resolver o problema dos crimes eleitorais, muito pelo contrario até porque agente sabe que estar muito acima desse poder, o que agente quer na verdade é levar informação a população, até porque não só na Câmara Municipal, mais nas ruas, nas praças em todos os cantos as pessoas nos param, nos perguntam e agente atendendo também um oficio de uma entidade reconhecida como o Pró – Justiça. Eram essas as minhas palavras e eu queria sem sombra de dúvida também me dirigir ao Faradilson, que é o Presidente do Pró – Justiça, que possa explicar para nós qual o intuito do Pró – Justiça, até porque ele também fez esse Ofício para nós, e eu queria deixar todos os convidados bem a vontade. Muito Obrigado. **Questão de Ordem: Vereador Telmário Mota de Oliveira** Senhor presidente como esta Casa, ela tem o cunho de fiscalizar o Executivo, fazer Projetos e representar a população, é claro que essa Audiência era importante

se todas as autoridades que foram convidadas tivessem vindos, a Policia Federal até porque tem muitas denuncias que iam ser feitas a elas aqui, o Juiz do TER, e agradecemos muito a presença da Promotoria que engrandece sem nenhuma dúvida essa Casa e esse debate, agora senhor Presidente, é de lembrar que nesse exato momento todos os jornais estão divulgando; Funcionários Municipais estão sem receber, estão sendo demitido, estar faltando até papel higiênico nos postos de saúde, as ruas estão destruída e agente de repente só tem a presença do Promotor Público aqui das autoridades que podem falar sobre os ilícitos que foram apurados, então Senhor Presidente como disse o Vereador Braz no primeiro momento, com certeza absoluta esta Audiência esta sensivelmente prejudicada, por isso peço da Vossa Excelência autorização e dos demais para me retirar que vou trabalhar em prol desse Município. **Questão de Ordem: Vereador Francisco de Souza Cruz** eu gostaria que esta Casa, que é uma Casa do povo, tivesse ordem e gostaria de dizer a Vossa Excelência, devido ao seguimento da sociedade que foi convidada não esta presente, eu vou me retirar porque eu tenho outras coisas mais importantes. **PRESIDENTE:** Solicito ao Senhor Secretario que leia o Oficio enviado da Policia Federal, por favor. **SECRETÁRIO**: Ofício Nº 4543/2010 do gabinete da Policia Federal de Roraima, Boa vista 29 de novembro de 2010. A sua Excelência Braz Assis Behnck Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista/RR, referente ao Ofício Nº 171/2010 da Câmara Municipal de Boa Vista. Senhor Presidente em atenção ao documento em referência informamos a Vossa Excelência que em razão de viajem já marcada em prol da administração dessa Superintendência informo que não poderei atender a Audiência Pública que acontecerá nessa Câmara, com tudo informo cordialmente e para que se preste informações a municipalidade que todos possivelmente levada a efeito, pela Policia Federal neste Estado durando o pleito de 2010, primeiro e segundo turno inclusive os inquéritos policiais instaurados em razão de prisão em flagrante bem como os termos circunstanciados, foram emitidos a Justiça Eleitoral e aos respectivos Ministérios Públicos Eleitorais que atuam junto a primeira e a segunda instancia, da Justiça Eleitoral, conforme a sua competência aguardando este órgão de policia judiciária entendendo assim o paquete citado pelas requisições para instalação de inquérito policial eleitorais ou outras demandas. Atenciosamente Edertes Gasparim Magalhães Delegado de Policia Federal Superintendente Regional. **Isaias Montanari**: Bom dia a todos, fico muito lisonjeado em poder participar numa sessão da Câmara Municipal de Boa Vista, quero cumprimentar aqui aos eminentes vereadores, que estão fazendo um trabalho de busca de informações de parcerias de saber o que realmente, efetivamente o que esta acontecendo em relação à questão eleitoral deste Estado. Eu quero esclarecer que a atuação do Ministério Público na área eleitoral ela ocorre em três áreas, a eleição presidencial é de responsabilidade ou de atribuição do Procurador Geral da Republica que fica em Brasília e o Estado perante o Tribunal Regional Eleitoral é o Ministério Público Eleitoral o Procurador Regional Eleitoral e na 1ª instância perante a zona eleitoral que é o juiz eleitoral atua o Promotor Eleitoral que atualmente sou eu. A nossa atuação na primeira zona eleitoral ou no primeiro grau, ela se restringe aos processos criminais contra pessoas que não tem prerrogativa de foro, que são os crimes previstos no código eleitoral, também nas eventuais ações de impugnações de mandato ou ações de investigações

judiciais contra eventuais candidatos, mas em nível municipal, as referentes a prefeito a candidatura de 1º grau prefeitos e vereadores é de atuação da 1ª zona, atuação em relação a eventuais ações de impugnações de mandatos ou ação judicial de investigação em relação às eleições estaduais como as últimas que passaram, elas ocorrem no Tribunal Regional Eleitoral e quem atua é a Procuradoria Regional Eleitoral, referente à minha atuação eu posso dar um grado aos senhores vereadores e a população em geral, então agradeço o convite e me coloco a disposição de todos. **Vereador Paulo Bastos Linhares:** Na verdade nós Vereadores sabemos sim de nossas prerrogativas de função, sabemos que devemos fiscalizar as ações do Executivo e fazer Leis Municipais que ajudam a vida das pessoas, mas nós sabemos também que nós acabamos de passar por uma eleição onde a sociedade clama por informação, o elo político mais próximo da sociedade é o Vereador, ele é encontrado na rua, na esquina da padaria, no açougue, na farmácia, muitas vezes nós não temos as informações necessárias para dar a população porque nós mesmos não temos conhecimento do que foi feito após a eleição, nós sabemos sim o que foi noticiado pelo jornal que por exemplo, metade do dinheiro apreendido pela policia federal no Brasil, foi apreendido em Roraima, se é um dinheiro legalizado, foi devolvido aos devidos donos, mais se não é legalizado o que foi feito com esse dinheiro? Nós sabemos que a policia federal ela vai fazer um inquérito, vai fazer a investigação policial, para aí sim remeter ao Ministério Público que vai fazer a denuncia, então a primeira pergunta que eu gostaria de fazer ao Excelentíssimo Promotor Isaias Montanari é o seguinte, se algum caso de investigação policial já virou efetivamente alguma ação penal, se já temos alguma ação penal contra algum político que participou dessas eleições de 2010? **Isaias Montanari:** A nossa situação não esta no primeiro grau, então essas investigações com relação a apreensões, teve conhecimento igual todos pela imprensa, porque a atuação na eleição não é atribuição do Promotor do Primeiro grau, ainda não recebeu inquérito de crime sobre esses fatos, são fatos complexos porque envolve a necessidade de verificar a prestação de contas e o prazo para estas prestações de contas ou terminou ou já esta terminando, o inquérito policial concluído ainda foi enviado ao Ministério Público do primeiro grau, não sabe se foi para o segundo grau, acredita que é necessário um pouco mais de tempo para que se faça a conclusão desses inquéritos, porque o trabalho que a policia federal fez no estado foi bastante intenso, inclusive com a utilização de pessoal de outras unidades federativas, então ou eles devem ter produzido muito mais informações ou estão trabalhando ainda nessas informações e isso demora um pouco mais de tempo, precisa verificar as prestações de contas apresentadas para ver se esse dinheiro esta de acordo com o planejamento apresentado pelos candidatos. **Vereador Paulo Bastos Linhares:** Na verdade o que está acontecendo agora é que a policia federal está fazendo os inquéritos e está investigando, vai remeter ao Ministério Público, este vai oferecer denúncia se achar que é crime, que aquele fato que ocorreu na eleição é crime, depois disto remete ao Juiz para ser julgado. O senhor tem noção mais ou menos, se isto pode ser feito antes da diplomação dos candidatos eleitos que será a diplomação dia 17 de dezembro, tivemos até caso de prisão em flagrante, quero saber se até dia 17 de dezembro pode ser que tenha sido feita alguma denuncia crime contra algum candidato? **Isaias Montanari:** É importante destacarmos que a distinção entre um crime e a irregularidade eleitoral, porque o objetivo

principal de um inquérito eleitoral é prisão da pessoa, a restrição a liberdade, esse é o objetivo do Direito Penal, só que no Direito Eleitoral, hoje ele não se restringe a questão criminal, porque a questão criminal por envolver o perigo de tirar a liberdade de alguém, ela oferece uma ampla defesa muito grande, para você concluir um inquérito seja na área comum ou na área eleitoral, é necessário que a pessoa se defenda para vários prazos e criminalmente esse prazo de até o dia dezessete é pouco, acredito que nem os inquéritos vão estar concluídos, existe uma outra conseqüência na irregularidade eleitoral que pode também repercutir com cassação de mandato, com impugnação da candidatura e essas outras medidas são ações de que não são de natureza criminal, são ações que são propostas pelo Ministério Público Eleitoral, a informação que se pode ter sobre esses fatos é junto ao Tribunal regional Eleitoral - TRE ou com os advogados das coligações ou é com a Procuradoria Regional Eleitoral. **Vereador Paulo Bastos Linhares**: Suponhamos que estivéssemos em outro Estado, um Estado fictício onde fosse um determinado candidato a Governador, por exemplo, a coligação fosse apreendida com mais de cem mil camisas da cor da sua coligação, isso caracterizaria abuso de poder econômico por parte de tal coligação com a possibilidade de até cassação do registro de candidatura e até perda do mandato eletivo? Até quanto vai o limite dessas camisetas, se é de acordo com a porcentagem da população, se o numero de contratações de pessoas para trabalhar em determinada campanha, um absurdo na quantidade de pessoas contratada não caracteriza compra de voto? **Isaias Montanari:** Eu compreendi o alcance da sua pergunta, isto estar sendo tratado num processo e eu não posso emitir aqui um juízo de valor, porque é necessário ver qual é o argumento de quem eventualmente teve uma conduta vedada e eu não tenho atribuições para isso e se eu tivesse não poderia informar para fazer um pré-julgamento, mais é importante essas perquirições para saber o que é certo e o que é errado para que se faça cumprir a lei e que cumpra de forma digna o seu mandato. **Paulo Bastos Linhares:** É possível então que o Procurador Ângelo Goulart já tenha feito algumas ações penais, como ele já está fazendo investigações, provavelmente os inquéritos da policia federal já chegaram a sua mão, então o que nós podemos dizer as pessoas é que é possível que já exista alguma ação penal por parte do Procurador. **Isaias Montanari:** sim ele já está trabalhando bastante, nosso Estado teve mais candidatos que o Estado do Amazonas, ele está trabalhando com a prestação de contas de todos esses candidatos, isso é um volume muito grande de trabalho, ele sendo uma pessoa muito seria e responsável, acredito que ele irá apresentar as providencias que é da Legislação Eleitoral e que é de atribuição dele. **José Antonio:** Quero dizer que o Comitê de Combate a Corrupção Eleitoral é uma organização não governamental, tem como link uma representação do comitê nacional que se estende em todos os Estados do Brasil, tem esse nome porque o seu trabalho é voltado exclusivamente para a questão eleitoral, parabenizo muito a outros movimentos que surgem aqui no Estado de Roraima como o pró-Justiça, também transparência Roraima que são todos órgãos que estão trabalhando no sentido de contribuir com a sociedade para esclarecer e orientar mais sobre a questão da corrupção no contexto geral, mais o trabalho do comitê é voltado mesmo para a corrupção eleitoral, o nosso trabalho é preventivo, durante todo o ano nós fazemos formação junto a sociedade no sentido de informar, para uma campanha eleitoral ética, limpa e que os

eleitos tenham todo o apoio da sociedade, no período da campanha em si, nós fazemos um órgão fiscalizador no sentido de contribuir junto as autoridades com informações de casos que venha a acontecer que constate um caso que seja ilícito eleitora, entendemos que a intenção é que fazemos que nós teremos justiça em Roraima quanto tivermos uma sociedade que exerça a sua cidadania, que é não aceitar provocação de quem queira comprar o voto e também informar as autoridades daquilo que esta acontecendo de ilegal, isso é um exercício de cidadania eleitoral e quando isso acontecer na maioria da sociedade, nós realmente vamos ter uma justiça eleitoral, vamos ter eleitos que realmente foram eleitos pelo povo, esta prática de compra de voto que infelizmente aqui no Estado de Roraima, ela se estende desde o primeiro ano em que eu estive aqui em Roraima eu presencio isso, a prova disso é que eu nunca vi em Roraima é que quem está no poder tenha perdido uma eleição, isso caracteriza visivelmente que ali tem um uso do poder econômico, pois quem está no poder tem muito mais facilidade de fazer o uso nas suas artimanhas, nas práticas, nas suas estratégias de utilizar dos meios que tem para se beneficiar, isso aqui em Roraima é uma coisa quase que normal, nós fazemos um trabalho educativo com a sociedade porque isso só vai acabar quando a sociedade não aceitar essa prática. Vereador **Sebastião Corrêa Lira Neto** Presidente em exercício: eu gostaria de passar a palavra ao senhor coordenador do movimento pró-justiça Faradilson Reis Mesquita. Senhor **Faradilson Reis Mesquita**: disse que é a corrupção é uma chaga tão infeliz, é uma chaga tão satânica tão perversa que a gente que é eleita para defender, proteger, guardar o povo se torna subserviente do corrupto se tornam corruptores e quando a sociedade se organiza e vem para parlamento, e chama o parlamentar para convocar seus pares para discutir uma das maiores chagas, e quando esta chaga dói e vai a um parlamentar e fala em língua latim: - que parlar é salar (00:55:29). Que o parlamento é o falatório, que o parlamento só é legitimo quando fala a dor do povo, o parlamento só é representativo quando ele representa a essência da sociedade, daquilo que a sociedade não quer, quando o vereador Idinaldo Cardoso apresentou nesta Casa o requerimento para discutir a corrupção eleitoral ele estava dizendo junto com os pares que votaram por esta audiência pública nós não queremos mais corrupção em Roraima e qual o motivo, quais os elementos para essa audiência pública, os elementos foram cento e cinqüenta e oito procedimento feito pela Policia Federal relativo a candidatos, a políticos, a mandatários que fraudaram ao processo eleitoral. Quero dizer em nome do movimento pró-justiça que têm homens e mulheres de índole, de história de amor por Roraima como Petita Brasil, como Simeão, como atleta que já nos representou fora das nossas fronteiras como Sandro e tantos outros, eu gostaria de dizer que este parlamento hoje esta marcado entre dois tipos de parlamentar entre aqueles que têm coragem de enfrentar de saber que fazem parte da organização do Estado, que reconhece que essa organização é falha, mas que têm vontade de melhorar a vida de seu povo, eu não poderia usar essa tribuna sem dizer e enaltecer em nome dos vereadores que estão dispostos a discutir a corrupção. A gente não pode sair daqui e esquecer-se da índole, da moral do Pastor Manoel Neves, pois estar aqui por dizer: - eu quero discutir, Vereador Paulo Linhares, da nossa Vereadora Lourdinha, do Vereador Alfonso Rodrigues e do Vereador Alfonso Rodrigues do Vereador que tem nome de craque, Vereador Pelé. Mas deixa a gente colocar aqui qual foi

essa motivação, nós tivemos um processo eleitoral dos mais complexos e a força do poder econômico influenciou esse processo eleitoral, forma cento e cinquenta e oito procedimento, vinte e dois flagrante, ocorre que no segundo turno, que era o turno para discutir quem seria o governador do Estado, todas as apreensões, todos os ilícitos foram cometidos pelo grupo do governador que esta aí e que foi reeleito, não há um único ilícito do outro lado, mas o que se viu foi o Secretário da Saúde usando a saúde e o dinheiro público da corrupção para comprar voto pegava remédio e enterrar e nós queremos discutir isso, é por isso que estamos aqui, sabe o que se viu nesta eleição? Se viu nesta eleição no final da avenida Ataide Teive o senhor chamado TECO e outro chamado JOABE coordenador da campanha do senhor Anchieta foi flagranteado e preso, dizendo que se o Anchieta ganhar a eleição nós vamos dar o terreno, sabe o que aconteceu ali Vereador Pelé? Há oito meses outro grupo de invasores ocupou lá, o governador Anchieta entrou com o pedido de reintegração de posse e tirou todo mundo na pancada, no processo da eleição ele deu esse terreno e teve mais de trezentos e cinquenta famílias que ficaram lá, eu queria dizer isso para o Superintendente da Policia Federal, e esta lá o ilícito eleitoral influenciando, outra coisa oitocentas família as margens do bairro São Bento ficaram lá por que os funcionários do ITERAIMA usando o poder político o poder econômico chegaram lá e falaram que se o Anchieta ganhar a eleição vocês vão ficar, e há dois meses eles já tinham entrado com o mandato de reintegração de posse e estava com o mandato engavetado, agora o Vereador Dunga e as comissões da Câmara dos Vereadores tem que acompanhar o processo da retirada lá para que não haja violência contra um grupo de pais de família sem-teto que não tiveram oportunidade de ter suas casas e que os seus sonhos da moradia foram, e sem duvida, enganados pela própria estrutura do Estado com projeto de prender e não com projeto político administrativo. Foi isso que ocorreu em Roraima, e quando se fala em administração nos temos lá o conjunto do governo do Estado que esta ali com setenta por cento das casas que foi construída pelo governo do Estado não tem habitação, por quê? Porque o Estado não conhece seu povo, limitou para ganhar a casa tinha que ter cinco salários mínimos, em Roraima quem tem cinco salários mínimos tem casa, o governador não conhece a alma do povo, e por isso que corrompeu, e por isso que enganou as pessoas. Então dentro dessa questão eu gostaria de colocar uma coisa muito clara diante da sociedade diante dessa Casa o que nos viemos aqui, a sociedade roraimense era tocar nesta chaga, mas o que é que a gente viu? A gente viu a base do governador Anchieta saindo daqui, de duas uma, ou cometeram um ilícito eleitoral ou não queria que o patrão dele fosse desmascarado diante da sociedade, é por isso que saiu, e eu quero concluir com uma frase de Rui Barbosa, e gostaria de citar essa frase na presença do Vereador Telmário Mota, Rui Barbosa disse: que aquele que ta na oposição, ele tem dois sentimentos ou ele é idealista ou ele é burro, agora aquele que esta na oposição e vai para o governo ele é mesmo de fato venal e foi isso que aconteceu aqui em Roraima. Viu-se um político que ganhou cinquenta e quatro mil votos dos roraimenses porque era oposição a esse governo e se vendeu (desligou-se o áudio/microfone!). **Vereador Manoel Neves de Macedo:** eu gostaria de saber do Presidente do Comitê de Combate a Corrupção Eleitoral Senhor José Antonio, qual o número de denuncia que foi feita e se o senhor esta acompanhando e se o senhor esta acompanhando o

processo na justiça? **José Antonio:** Quero informar o seguinte; o comitê é um trabalho preventivo anterior ao processo eleitoral e depois é um trabalho de acompanhamento do processo de fiscalização no sentido de contribuir junto as autoridades com informações de pontos ilícitos ou ações ilícitas que venham acontecer no processo eleitoral, durante o período da campanha principalmente quando chega a ultima semana, nós montamos uma equipe de quarenta à cinqüenta pessoas que estão nas ruas e colocamos a disposição da sociedade os nossos telefones pra contato no sentido de que aonde houve um foco suspeito que pode estar acontecendo um ato que possa constatar um crime eleitoral, essas informações chegam até o nosso comitê e imediatamente informamos a policia eleitoral ao Ministério Público Federal aonde nós construímos um trabalho de parceria para trabalhar durante esse período, todas as informações que recebemos passamos imediatamente para a Policia Federal, também ao Ministério Público Federal aonde eles seguem um trabalho de fazer um flagrante ou usar os procedimentos que acharem necessários, em muitos casos não se da para fazer em um documento oficial, porque são coisas rotativas e muito rápida porque todos os atos suspeito que são repassados para nós, imediatamente é passado para os órgãos competentes que irão tomar as providencias que acharem necessário, todo o procedimento de acompanhamento e de investigação e de flagrante são feitos pela Policia Federal ou pelos órgão competentes, após as eleições nós fazemos um relatório de todos aqueles atos que presenciamos e encaminhamos oficialmente para a policia federal e acompanhamos todo o processo assim como todo o cidadão tem o direito de acompanhar. **Vereador Paulo Bastos Linhares:** Gostaria de o Vereador Idinaldo pelo Requerimento, aos Vereadores que aprovaram o Requerimento e lamentar a ausência dos nossos pares, aqueles que são da base do Governador. Quando o Vereador Idinaldo fez o Requerimento ele não citou ninguém, ele citou para combatermos e fazermos uma audiência pública de combate a corrupção eleitoral em Roraima, nem contra A nem contra B, estranhamente a base do Governador, com exceção da Vereadora Maria de Lourdes Pinheiro, estão ausentes, eu até parabenizo ela por ter feito campanha pro Anchieta e ter votado nele e esta aqui presente mostrando espírito público, mostrando que ela também se importa com a corrupção eleitoral, quero parabenizar as autoridades presentes, nós queremos que a eleição seja de livre escolha, que os poderes sejam constituídos de forma legítima, que não é você não influenciar seu voto, você não vender o seu voto, aquele que compra tem que ser penalizado assim como aquele que vende também tem que ser penalizado, o corrupto e o corrompido, isso é uma coisa que pouco a pouco vai entrar na cabeça da sociedade, quero dizer ao senhor Antonio que nós também iremos acompanhar de perto, iremos à policia federal, iremos ao Ministério Público, vamos saber em que fase do processo esta, contra quem divulgar a vitima da denuncia porque isso é público, se é o Governador Anchieta que esta sendo investigado, que se divulgue, assim como qualquer outro político que esta sendo investigado, para que toda a sociedade possa saber que aquele político tem uma espada da justiça cravada em sua cabeça, peço que o senhor dê um numero de um telefone para contato para que a sociedade possa se inserir nesse movimento de combate a corrupção eleitoral. **Maria de Lourdes Pinheiro:** Eu acho que o momento é de preocupação e a oportunidade muito boa essa de os senhores estarem aqui hoje,

porque nós estamos quase novamente na porta de uma nova eleição, o que temos que fazer é procurar dizer as pessoas da não aceitação de se corromper, de aceitar ofertas, porque as vezes as pessoas passam por uma necessidade muito grande, é oferecido um dinheiro para o eleitor e ele aceita por necessidade, mais quando você aceitar por necessidade não vote em que lhe deu, porque aquilo que ele esta dando com certeza não é dele, esta vindo de outro lugar, de uma outra situação, trabalhar por uma comunidade o político tem a obrigação de trabalhar os quatro anos, não se pode deixar para trabalhar somente no ultimo ano, precisamos formar um senso de responsabilidade melhor em todas as pessoas, nós temos que fazer com que a política seja um pouco mais transparente, nós mesmo os próprios políticos precisamos nos educar mais, precisamos procurar uma forma legal para que não tenham tantos processos depois de uma eleição, eu parabenizo as pessoas que se preocupam e querem ajudar para um Brasil melhor, gostaria que fosse divulgado esses telefones, para os órgãos de comunicação que todos os canais pudessem divulgar o número porque assim as pessoas saberiam a quem se dirigir e ficariam com mais preocupação de cometer algum ilícito, é nesse caminho que temos que seguir pois daqui a dois anos iremos esta aqui novamente candidatos a Vereador apoiando um novo Prefeito. Muito Obrigada. **Vereador Idinaldo Cardoso da Silva:** Eu quero me dirigir ao senhor Faradilson e fazer uma pergunta a respeito de todo esse trabalho que ele vem realizando. Quem eles já visitaram de autoridade, de instituições e o que essas instituições passaram para ele para que ele possa divulgar aqui? **Faradilson Reis Mesquita:** De fato o movimento Pro – Justiça ficou chocado com o resultado do processo eleitoral e na nossa avaliação foi uma interferência do poder econômico e da corrupção e nós tomamos a iniciativa de acompanhar a apuração dos ilícitos, nós não estamos mais acompanhado os ilícitos, mais a apuração dos ilícitos, e baseado nessa questão nós criamos uma metodologia, criamos uma parceria junto ao Ministério Público Federal com o doutor Ângelo Goulart tivemos três audiências com ele acompanhando as questões dos processos, estivemos com o superintendente da policia federal e ontem estivemos com o presidente do TRE, o grande objetivo quanto a essa peregrinação com os poderes constituídos, ao TRE nós queremos que julgue com rapidez e que faça justiça, a policia federal nós estamos cobrando da superintendência federal que não engavete os inquéritos, porque até agora a policia federal só concluiu vinte e dois inquéritos, nós temos cento e vinte e nove inquéritos que ainda não foi concluído pela policia federal, nós temos feito essa parceria junto ao Ministério Público Estadual, com o doutor Isaias Montanari, e é importante colocar os que cometeram crime eles tem foro privilegiado, quando foram Deputados Estaduais, Federais, Senadores com o dinheiro apreendido, nesse caso o processo é remetido a esfera federal, que é o doutor Ângelo que apura essa questão, o que se foi visto aqui em Roraima é que os ilícitos eleitorais foram praticados ou por Secretários de Estado, ou por Deputados Federais ou Estaduais, ou pelo próprio Governador, é isso o que nós temos percebido em acompanhar esses ilícitos, a nossa meta é fazer com que esses processos sejam julgados de forma mais serena e mais rápida possível. **Vereador Idinaldo Cardoso da Silva:** Eu me dou por satisfeito e antes de encerrar eu queria agradecer todos os presentes que compareceram e as pessoas que estão na galeria, quero em nome dessa Casa pedir desculpa a essas pessoas na forma que meus colegas

ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
DIVISÃO DE ELABORAÇÃO DE ATAS

se comportaram, acredito que o povo não merece uma atitude dessas, mais é bom que as pessoas participem e possam realmente observar e ver que nesse momento o quê que é o trabalho do parlamentar e a forma que ele atua, eu tenho a plena consciência que essa audiência pública que eu pedi foi para informar a população para deixar as pessoas com mais conhecimento em relação a todos esses crimes, em momento algum eu quero levar nome de Governador, de Prefeito ou de coisa parecida e essa audiência foi para agente discutir e é uma pena que não tem o poder de intimar as pessoas para que venham aqui, mais eu tenho a plena consciência que fizemos a nossa parte. Muito Obrigado. **Vereador Alfonso Rodrigues do Vale:** Quero parabenizar o Vereador Idinaldo por essa atitude que teve e ao mesmo tempo quero lamentar o que ocorreu com os nossos colegas, pois eu acho que é uma falta de educação, isso não era para acontecer nós estamos aqui para representar o povo e não é somente nós que queremos justiça, são cento e seis mil pessoas nesse Estado que querem justiça para o que aconteceu no dia trinta e um de outubro. Muito Obrigado. O senhor Presidente agradeceu a presença das autoridades convidadas e não havendo mais nada a tratar encerrou a presente Sessão. Plenário **"Estácio Pereira de Mello"**, Boa Vista-RR 01 de Dezembro de dois mil e dez. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Braz Assis Behnck
Presidente

Alfonso Rodrigues do Vale
1º Secretário